



Prefeitura de Piritiba - BA
Guarda Municipal

LÍNGUA PORTUGUESA

| | |
|---|----|
| Texto e textualidade..... | 1 |
| Mecanismos de coesão e coerência. relações entre ideias e recursos de coesão | 3 |
| Interpretação de texto de diversos gêneros: informações literais e inferências possíveis | 5 |
| ponto de vista do autor..... | 8 |
| significação contextual de palavras e expressões; Sinonímia, antonímia, paronímia, homonímia..... | 8 |
| figuras de linguagem e de estilo..... | 9 |
| Processos de formação de palavras | 14 |
| Conhecimentos linguísticos: ortografia: emprego das letras, divisão silábica, encontros vocálicos e consonantais, dígrafos..... | 16 |
| acentuação gráfica | 18 |
| classes de palavras: substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, preposições, conjunções, interjeições: conceituações, classificações, flexões, emprego, locuções..... | 20 |
| Sintaxe: estrutura da oração, estrutura e classificação do período, orações coordenadas e subordinadas | 34 |
| concordância (verbal e nominal) | 38 |
| regência (verbal e nominal)..... | 40 |
| crase..... | 43 |
| colocação de pronomes | 44 |
| pontuação..... | 46 |
| Exercícios | 50 |
| Gabarito..... | 63 |

CONHECIMENTOS GERAIS

| | |
|--|----|
| Conhecimentos sobre as diversas áreas (Linguagens, Humanas, Lógica e Ciências da Natureza)..... | 1 |
| Atualidades e cenário político e social do Brasil e do Mundo | 2 |
| Ciências Humanas (História, Geografia e Atualidades) As sociedades da antiguidade oriental e ocidental | 12 |

SUMÁRIO



| | |
|---|-----|
| O Brasil no quadro do sistema colonial português | 19 |
| A fundação da cidade do Salvador | 20 |
| A presença francesa e holandesa no Brasil | 21 |
| As Revoluções Inglesa e Francesa | 29 |
| A Chegada da corte portuguesa no Brasil | 33 |
| A Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana | 33 |
| Revolução Industrial | 34 |
| A organização do Estado Brasileiro: Primeiro Império. Período Regencial | 39 |
| Segundo Império. a Guerra do Paraguai | 44 |
| O Brasil da monarquia à República | 50 |
| Primeira Grande Guerra | 72 |
| Era Vargas | 77 |
| Segunda Guerra Mundial | 80 |
| Globalização e antiglobalização | 86 |
| A questão ambiental | 87 |
| O planeta Terra: estrutura, movimentos | 88 |
| Os climas, os solos, a vegetação e a hidrografia brasileiras | 92 |
| As questões ambientais na contemporaneidade | 99 |
| As transformações geopolíticas do espaço mundial: o novo mapa do mundo | 99 |
| Migração: tipos. A organização do espaço brasileiro | 101 |
| O Nordeste: povoamento, colonização e contrastes no uso da terra | 102 |
| o Nordeste brasileiro no contexto atual | 103 |
| A Bahia no contexto da região Nordeste | 104 |
| A questão ambiental no Brasil: as atividades econômicas e os impactos ambientais no meio urbano e rural | 105 |
| Guerra na Ucrânia | 105 |
| Guerras no Oriente Médio | 106 |
| Atualidades políticas nacional e mundial | 107 |
| Exercícios | 108 |
| Gabarito | 114 |

CONHECIMENTOS LÓGICOS-MATEMÁTICOS

| | |
|---|----|
| Proposições. Operações e propriedades | 1 |
| Números: Conjuntos numéricos: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais e complexos (forma algébrica e trigonométrica). Operações, propriedades e aplicações | 4 |
| Sequências numéricas, progressão aritmética e progressão geométrica | 24 |
| Funções elementares: 1º grau, 2º grau, modular, exponencial e logarítmica, gráficos, equações | 28 |
| Geometria plana: figuras geométricas, congruência, semelhança, perímetro e área .. | 43 |

SUMÁRIO



| | |
|--|----|
| Geometria espacial: paralelismo, perpendicularismo entre retas e planos, áreas e volumes dos sólidos geométricos: prisma, pirâmide, cilindro, cone e esfera..... | 49 |
| Geometria analítica no plano: retas, circunferência e distâncias..... | 56 |
| Proporcionalidade e Finanças: Porcentagem. Acréscimos e descontos. Juros simples..... | 65 |
| Gráficos estatísticos usuais..... | 68 |
| As quatro operações..... | 75 |
| Regra de três simples. Grandezas diretamente e inversamente proporcionais..... | 77 |
| Equação de 1º e 2º graus..... | 81 |
| Sistema de equações..... | 87 |
| Exercícios..... | 90 |
| Gabarito..... | 98 |

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS

| | |
|---|----|
| Dos Princípios Fundamentais (Art. 1º ao 4º da CRFB/88)..... | 1 |
| Dos Direitos e Garantias Fundamentais (Art. 5º ao 11 da CRFB/88)..... | 2 |
| Dos Direitos Políticos (Art. 14 ao 16 da CRFB/88)..... | 14 |
| Da Organização do Estado (Art. 18 a 31; Art. 37 a 41 da CRFB/88)..... | 17 |
| Da Segurança Pública (Art. 144 da CRFB/88)..... | 37 |
| Da Política Urbana (Art. 182 e 183 da CRFB/88)..... | 38 |
| Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso (Art. 226 ao 230 da CRFB/88)..... | 40 |
| Direitos Humanos: conceito, características, categorias e gerações..... | 42 |
| Exercícios..... | 51 |
| Gabarito..... | 56 |

NOÇÕES DE DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

| | |
|---|----|
| Dos Crimes (Art. 13 ao 25 do Código Penal)..... | 1 |
| Dos Crimes contra a Pessoa e contra o Patrimônio (Art. 121 ao 183 do Código Penal)..... | 17 |
| Dos Crimes Contra a Dignidade Sexual (Art. 213 ao 218-C do Código Penal)..... | 41 |
| Dos Crimes Contra a Fé Pública (Art. 289 ao 311 do Código Penal)..... | 48 |
| Dos Crimes contra a Administração Pública (Art. 312 ao 337-A do Código Penal)..... | 54 |
| Do Inquérito Policial (Art. 4º ao 23 do Código de Processo Penal)..... | 64 |
| Da Prisão, Das Medidas Cautelares e Da Liberdade Provisória: Disposições Gerais e da Prisão em Flagrante (Art. 282 ao 310 do Código de Processo Penal)..... | 76 |
| Exercícios..... | 83 |
| Gabarito..... | 88 |



LEGISLAÇÃO GERAL E LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO

| | |
|---|-----|
| Estatuto Geral das Guardas Municipais (Lei nº 13.022/14) | 1 |
| Legislação de Trânsito. Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997); Sistema Nacional de Trânsito: composição; Registro e licenciamento de veículos. Habilitação; Normas gerais de circulação e conduta; Crimes de trânsito; Infrações e Penalidades; Sinalização de trânsito, segurança e velocidade; Condutores de veículos: deveres e proibições | 5 |
| Noções de primeiros socorros..... | 125 |
| Registro, posse e comercialização de armas de fogo; munição; crimes; Sistema Nacional de Armas – SINARM; Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03)..... | 140 |
| Decreto Federal nº 9.785/2019 e a Instrução Normativa nº 201-DG/DPF, de 9 de julho de 2021..... | 152 |
| Decreto Nº 11.615, de 21 de julho de 2023..... | 185 |
| Exercícios | 212 |
| Gabarito..... | 217 |

SUMÁRIO



Texto

Um texto é, pois, um todo organizado de sentido, o que implica em dizer que texto é um conjunto formado de partes solidárias, ou seja, que o sentido de uma depende das outras.

Que é que faz que um conjunto de frases forme um texto e não um amontoado desorganizado? São vários os fatores. Citemos por enquanto dois. O primeiro é a coerência, isto é, a harmonia de sentido de modo que não haja nada ilógico, nada contraditório, nada desconexo, que nenhuma parte não se solidarize com as demais. A base da coerência é a continuidade de sentido, ou seja, a ausência de discrepâncias. Em princípio, seria incoerente um texto que dissesse *Pedro está muito doente. O quadrado da hipotenusa é igual à soma do quadrado dos catetos*. Essa incoerência seria dada pelo fato de que não se percebe a relação de sentido entre as duas frases que compõem o texto.

Um outro fator é a ligação das frases por certos elementos que recuperam passagens já ditas ou garantem a concatenação entre as partes. Assim, em *Não chove há vários meses. Os pastos não poderiam, portanto, estar verdes*, o termo *portanto* estabelece uma relação de decorrência lógica entre uma e outra frase. Esse segundo fator é menos importante que o primeiro, pois, mesmo sem esses elementos de conexão, um conjunto de frases pode ser coerente e, por conseguinte, um todo organizado de sentido.

Propriedades de um Texto¹

A primeira é que ele tem coerência de sentido. Isso quer dizer que ele não é um amontoado de frases, ou seja, nele, as frases não estão pura e simplesmente dispostas umas após as outras, mas estão relacionadas entre si. É por isso que, nele, o sentido de uma frase depende do sentido das demais com que se relaciona.

Se não levarmos em conta as relações de uma frase com as outras que compõem o texto, corremos o risco de atribuir a ela um sentido oposto àquele que ela efetivamente tem.

Uma mesma frase pode ter sentidos distintos dependendo do contexto dentro do qual está inserida. Precisemos um pouco melhor o conceito de contexto. **É a unidade maior em que uma unidade menor está inserida.** Assim, a frase (unidade maior) serve de contexto para a palavra; o texto, para a frase, etc.

O contexto pode ser explícito, quando é expresso com palavras, ou implícito, quando está embutido na situação em que o texto é produzido.

Quando Lula disse a Collor no primeiro debate do segundo turno das eleições presidenciais de 1989 *Eu sabia que você era collorido por fora, mas caiado por dentro*, todos os brasileiros entenderam que essa frase não queria dizer *Você tem cores por fora, mas é revestido de cal por dentro*, mas *Você apresenta um discurso moderno, de centro-esquerda, mas é reacionário*.

Como foi possível entender a frase dessa maneira? Porque ela foi colocada dentro do contexto dos discursos da campanha presidencial. Nele, o adjetivo *collorido* significava “relativo a Collor”, “adepto de Collor”; Collor apresentava-se como um renovador, como alguém que pretendia modernizar o país, melhorar a distribuição de renda, combater os privilégios dos mais favorecidos; Ronaldo Caiado era o candidato mais à direita, defendia a manutenção do *statu quo*, etc.

As frases ganham sentido, porque estão correlacionadas umas às outras.¹

Já em processos gráficos, o texto é o conteúdo escrito, por divergência a todos os outros conteúdos icográficos, como as ilustrações. É o componente central do livro, periódico ou revista, formado por produções concretas, sem títulos, subtítulos, fórmulas, epígrafes e tabelas.²

Um texto pode ser cifrado, sendo criado conforme um código definitivamente suspenso após uma leitura direta. Ele possui tamanhos diferentes e precisa ser redigido com coerência e coesão. Pode ser considerado como não-literário e literário.

¹ PLATÃO, Florin. *Lições de texto*. Ática. 2011.

² www.resumoescolar.com.br/portugues/texto-e-textualidade/



Conhecimentos Gerais

A busca pelo conhecimento sempre foi uma das características mais distintivas da humanidade. Através dos séculos, acumulamos uma vasta gama de conhecimentos que nos permitiram entender melhor o mundo ao nosso redor, transformar nossa realidade e prever fenômenos futuros. Esse conhecimento é tradicionalmente agrupado em diferentes áreas, cada uma com seu próprio conjunto de métodos, objetivos e desafios. As principais áreas do conhecimento humano incluem Linguagens, Ciências Humanas, Lógica (Matemática) e Ciências da Natureza, cada uma oferecendo uma perspectiva única e valiosa sobre o mundo.

Nessa busca, é fundamental também a seleção criteriosa de boas fontes de estudo. A importância de escolher materiais confiáveis e de alta qualidade não pode ser subestimada, especialmente em uma era marcada pelo excesso de informações e pela rápida disseminação de dados muitas vezes não verificados ou até mesmo incorretos.

Fontes confiáveis e reconhecidas acadêmica e cientificamente enriquecem o processo de aprendizado, oferecendo bases sólidas sobre as quais construir o entendimento. No campo das Ciências da Natureza e da Lógica, por exemplo, o rigor metodológico e a precisão são essenciais, exigindo materiais que não apenas apresentem os conceitos corretamente, mas que também demonstrem como esses conceitos foram desenvolvidos e validados por meio de pesquisa. Da mesma forma, nas Ciências Humanas e nas Linguagens, é crucial ter acesso a fontes que respeitem a diversidade de perspectivas e que apresentem análises críticas baseadas em evidências sólidas e interpretações bem fundamentadas.

A seleção de boas fontes de estudo implica em reconhecer a autoridade e a credibilidade dos autores, a atualidade dos materiais e a integridade dos conteúdos apresentados. Livros didáticos de editoras renomadas, artigos de periódicos científicos, bases de dados confiáveis e recursos educacionais abertos revisados por especialistas são exemplos de fontes valiosas. Além disso, a orientação de professores, mentores e profissionais da área pode ser um recurso inestimável na identificação de materiais de estudo adequados.

No contexto digital atual, onde a quantidade de informações disponíveis é vasta e facilmente acessível, desenvolver a capacidade de avaliar criticamente as fontes tornou-se uma habilidade essencial. Aprender a discernir entre informações de qualidade e conteúdos duvidosos ou imprecisos é fundamental para assegurar que o conhecimento adquirido seja não apenas amplo, mas também correto e confiável.

A dedicação ao estudo aprofundado em Linguagens, Ciências Humanas, Lógica e Ciências da Natureza, apoiada por fontes de alta qualidade, é um investimento no desenvolvimento intelectual e profissional. Tal empreitada não apenas expande horizontes e promove uma compreensão mais rica do mundo, mas também prepara indivíduos para contribuir de maneira significativa para os debates contemporâneos e para a solução dos desafios complexos que enfrentamos como sociedade. Assim, a escolha cuidadosa de materiais de estudo é um passo fundamental na jornada de aprendizado, assegurando que esta seja tanto rigorosa quanto enriquecedora.

Linguagens

A área de Linguagens engloba o estudo das diversas formas de comunicação humana, incluindo a linguagem verbal (oral e escrita), linguagem corporal, artes visuais, música e outros sistemas de sinais. A capacidade de comunicar complexidades, expressar emoções, registrar histórias e transmitir conhecimentos é fundamental para a coesão social e o desenvolvimento cultural. O estudo das linguagens permite-nos entender como diferentes culturas se expressam e interagem, além de fornecer ferramentas para a análise crítica dos meios de comunicação e da produção cultural em suas diversas formas.

Ciências Humanas

As Ciências Humanas abordam o estudo do ser humano e suas interações sociais, políticas, econômicas e culturais. Incluem disciplinas como História, Geografia, Sociologia, Antropologia, Psicologia e Política. Estas áreas buscam compreender as estruturas e processos que moldam as sociedades, explorando temas como identidade, poder, conflito e cooperação. Ao estudar as Ciências Humanas, ganhamos insights sobre a diversidade humana e aprendemos a valorizar diferentes perspectivas e experiências, o que é crucial para a construção de sociedades mais justas e inclusivas.



PROPOSIÇÃO

Conjunto de palavras ou símbolos que expressam um pensamento ou uma ideia de sentido completo. Elas transmitem pensamentos, isto é, afirmam fatos ou exprimem juízos que formamos a respeito de determinados conceitos ou entes.

Valores lógicos

São os valores atribuídos as proposições, podendo ser uma **verdade**, se a proposição é verdadeira (V), e uma **falsidade**, se a proposição é falsa (F). Designamos as letras V e F para abreviarmos os valores lógicos verdade e falsidade respectivamente.

Com isso temos alguns axiomas da lógica:

– **PRINCÍPIO DA NÃO CONTRADIÇÃO**: uma proposição não pode ser verdadeira E falsa ao mesmo tempo.

– **PRINCÍPIO DO TERCEIRO EXCLUÍDO**: toda proposição OU é verdadeira OU é falsa, verificamos sempre um desses casos, NUNCA existindo um terceiro caso.

“Toda proposição tem um, e somente um, dos valores, que são: V ou F.”

Classificação de uma proposição

Elas podem ser:

• **Sentença aberta**: quando não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso para ela (ou valorar a proposição!), portanto, não é considerada frase lógica. São consideradas sentenças abertas:

- Frases interrogativas: Quando será prova? - Estudou ontem? – Fez Sol ontem?

- Frases exclamativas: Gol! – Que maravilhoso!

- Frase imperativas: Estude e leia com atenção. – Desligue a televisão.

- Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, ...): “esta frase é falsa” (expressão paradoxal) – O cachorro do meu vizinho morreu (expressão ambígua) – $2 + 5 + 1$

• **Sentença fechada**: quando a proposição admitir um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso, nesse caso, será considerada uma frase, proposição ou sentença lógica.

Proposições simples e compostas

• **Proposições simples** (ou atômicas): aquela que **NÃO** contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. As proposições simples são designadas pelas letras latinas minúsculas p,q,r, s..., chamadas letras proposicionais.

Exemplos

r: Thiago é careca.

s: Pedro é professor.

• **Proposições compostas** (ou moleculares ou estruturas lógicas): aquela formada pela combinação de duas ou mais proposições simples. As proposições compostas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P,Q,R, R..., também chamadas letras proposicionais.

Exemplo

P: Thiago é careca e Pedro é professor.

ATENÇÃO: TODAS as **proposições compostas são formadas por duas proposições simples.**



– Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

– Princípio Federativo

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

– Princípio Republicano

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

– Princípio do Estado Democrático de Direito

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

– Princípio da Soberania Popular

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que *“Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”*.

– Princípio da Separação dos Poderes

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Objetivos Fundamentais da República

Os Objetivos Fundamentais da República estão elencados no Artigo 3º da CF/88. Vejamos:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;

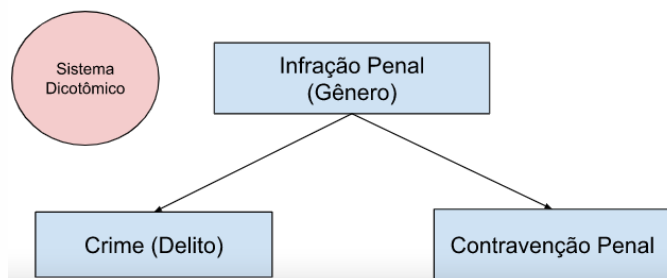


Noções de Direito Penal e Processo Penal

— Posição do crime dentro do Sistema Penal

Infração Penal é uma espécie de ato ilícito, podendo ser crime ou contravenção penal – **sistema dicotômico**.

O crime (delito) é uma espécie de infração penal, mais grave que a contravenção penal, por isso que recebe penas mais graves.



Conceitos de Crime

– Observação inicial: não existe apenas um conceito, mas sim três conceitos para o crime, todos utilizados:

– **Conceito Formal:** crime é aquilo que está tipificado em lei como crime.

– **Conceito Material:** não basta que o ato esteja previsto na lei como crime, é necessário que a conduta criminalizada seja capaz de ofender um bem jurídico relevante de forma significativa.

– **Conceito Analítico (análise dogmática):** crime é o fato típico + ilícito (antijurídico) + culpabilidade – teoria tripartida do crime (adotada no Brasil).

a. Alguns doutrinadores entendem que o Brasil adota a teoria bipartida, na qual crime seria fato típico e ilícito, sem a exigência do elemento culpabilidade, porém é um entendimento minoritário.

— Fato Típico (Conduta) – Conceito e Elementos

Observação Inicial

O fato típico possui seus próprios elementos, são eles:

I – Conduta;

II – Resultado;

III – Nexo de causalidade; e

IV – Tipicidade.

Conduta

De acordo com a **teoria finalista**, conduta seria a **ação ou omissão**, sendo ela **culposa ou dolosa**. Ou seja, seria a combinação de um ação ou omissão + elemento subjetivo culpa ou dolo. A conduta, portanto, possui um **elemento físico** um **elemento subjetivo** (volitivo).

a. Antes da teoria finalista, o Brasil adotava a teoria causalista, na qual a conduta seria apenas a ação ou omissão, independente da culpa ou dolo (que seriam analisados posteriormente, na análise da culpabilidade).

– Ainda dentro da conduta, um crime praticado mediante uma ação é chamado de **crime comissivo** (ex.: atirar em alguém), ao passo que um crime mediante uma omissão é chamado de **crime omissivo** (ex.: omissão de socorro), o último se dividindo em crimes omissivos próprios (puros) e crimes omissivos impróprios (impuros).

a. Crime omissivo **próprio**: o agente descumpra o que a norma mandamental determina (**v. Art. 135**). Não importa se sua omissão gerou ou não um dano, ele responde pelo simples descumprimento da norma que exigia sua intervenção.



LEI Nº 13.022, DE 8 DE AGOSTO DE 2014.

Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui normas gerais para as guardas municipais, disciplinando o §8º do art. 144 da Constituição Federal.

Art. 2º Incumbe às guardas municipais, instituições de caráter civil, uniformizadas e armadas conforme previsto em lei, a função de proteção municipal preventiva, ressalvadas as competências da União, dos Estados e do Distrito Federal.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º São princípios mínimos de atuação das guardas municipais:

- I - proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas;
- II - preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas;
- III - patrulhamento preventivo;
- IV - compromisso com a evolução social da comunidade; e
- V - uso progressivo da força.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º É competência geral das guardas municipais a proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município. (Vide ADPF 995)

Parágrafo único. Os bens mencionados no caput abrangem os de uso comum, os de uso especial e os dominiais.

Art. 5º São competências específicas das guardas municipais, respeitadas as competências dos órgãos federais e estaduais:

- I - zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Município;
- II - prevenir e inibir, pela presença e vigilância, bem como coibir, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais;
- III - atuar, preventiva e permanentemente, no território do Município, para a proteção sistêmica da população que utiliza os bens, serviços e instalações municipais;
- IV - colaborar, de forma integrada com os órgãos de segurança pública, em ações conjuntas que contribuam com a paz social; Regulamento
- V - colaborar com a pacificação de conflitos que seus integrantes presenciarem, atentando para o respeito aos direitos fundamentais das pessoas;
- VI - exercer as competências de trânsito que lhes forem conferidas, nas vias e logradouros municipais, nos termos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), ou de forma concorrente, mediante convênio celebrado com órgão de trânsito estadual ou municipal;